

COM BASE NO EDITAL N° 1 – SEED/SE – PROFESSOR, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025



SEDUC-SE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA DE SERGIPE

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FILOSOFIA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Matemático
- ▶ Educação Brasileira
- ▶ Saberes Digitais Docentes
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Conhecimentos do Estado de Sergipe
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDUC - SE

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA DE SERGIPE**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA –
FILOSOFIA**

**EDITAL Nº 1 – SEED/SE – PROFESSOR, DE 30
DE OUTUBRO DE 2025**

**CÓD: OP-029NV-25
7908403583928**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	9
2.	Domínio da ortografia oficial	12
3.	Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	15
4.	Emprego de elementos de referênciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	15
5.	Emprego de tempos e modos verbais; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	16
6.	Domínio da estrutura morfossintática do período	20
7.	Emprego das classes de palavras; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração	25
8.	Emprego dos sinais de pontuação	32
9.	Concordância verbal e nominal	33
10.	Regência verbal e nominal.....	35
11.	Emprego do sinal indicativo de crase.....	36
12.	Colocação dos pronomes átonos	37
13.	Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	37
14.	Significação das palavras.....	38
15.	Substituição de palavras ou de trechos de texto	39
16.	Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	40

Raciocínio Lógico e Matemático

1.	Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais	47
2.	Sistema legal de medidas.....	60
3.	Razões e proporções; Divisão proporcional	62
4.	Regras de três simples e compostas	66
5.	Porcentagens	68
6.	Compreensão de estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Tabelas-verdade; Equivalências; Leis de De Morgan	70
7.	Diagramas lógicos; Lógica de primeira ordem	75
8.	Princípios de contagem e probabilidade.....	80
9.	Operações com conjuntos	89
10.	Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos.....	91

Educação Brasileira

1.	FUNDAMENTO, TEMAS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: I FUNDAMENTO: Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, histórico-cultural e pedagógica	97
2.	Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas	97
3.	TEMAS PEDAGÓGICOS: Planejamento e organização do trabalho pedagógico. Processo de planejamento. Concepção, importância, dimensões e níveis	100
4.	Planejamento participativo. Concepção, construção, acompanhamento e avaliação	100
5.	Planejamento escolar. Planos da escola, do ensino e da aula	101

ÍNDICE

6. Currículo do proposto à prática	105
7. Tecnologias da Informação e comunicação na educação	108
8. Educação a distância	111
9. Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos.....	113
10. Educação integral.....	114
11. Educação do campo	115
12. Educação ambiental.....	120
13. Fundamentos legais da Educação especial/inclusiva e o papel do professor	121
14. Educação/sociedade e prática escolar	128
15. Tendências pedagógicas na prática escolar	128
16. Didática e prática histórico-cultural	130
17. A didática na formação do professor	132
18. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas	134
19. Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada.....	135
20. Processo ensino aprendizagem.....	136
21. Relação professor/aluno; Compromisso social e ético do professor	139
22. Componentes do processo de ensino. Objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios	140
23. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	140
24. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	143
25. O papel político pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar	144
26. Função histórico-cultural da escola	144
27. Escola. Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural	145
28. Projeto político-pedagógico da escola. Concepção, princípios e eixos norteadores	146
29. Políticas Públicas para a Educação Básica	148
30. Gestão Democrática.....	149
31. Diretrizes Curriculares Nacionais	153
32. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	154

Saberes Digitais Docentes

1. Ensino e aprendizagem com tecnologias digitais: curadoria, produção e adaptação de recursos digitais para o processo de ensino-aprendizagem; integração de tecnologias digitais em práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras; uso de plataformas digitais para acompanhamento de aprendizagem e gestão da sala de aula; utilização de dados e evidências digitais para tomada de decisão pedagógica; avaliação e feedback mediados por recursos digitais; aplicações pedagógicas da inteligência artificial.....	157
2. Cidadania digital: ética, segurança e responsabilidade no uso de tecnologias digitais; privacidade e proteção de dados de estudantes e professores; promoção da participação cidadã em ambientes digitais; combate à desinformação, desenvolvimento do pensamento crítico e práticas de uso responsável das redes sociais	160
3. Desenvolvimento profissional docente: entendimento e aplicação de princípios relacionados à adoção de estratégias de recursos, tecnologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem para formação contínua e inovação pedagógica; formação continuada em tecnologias digitais aplicadas à educação; participação em comunidades virtuais de aprendizagem e redes colaborativas; uso de tecnologias digitais para planejamento, registro e reflexão da prática docente	164
4. BNCC Computação; Mundo digital: compreensão do universo digital, incluindo a estrutura e o funcionamento dos sistemas e o impacto da tecnologia na sociedade.....	167

ÍNDICE

5. Cultura digital: uso consciente, crítico e ético das tecnologias digitais, abordando a segurança, a privacidade e a responsabilidade social.....	172
6. Pensamento computacional: capacidade de analisar, decompor e resolver problemas de forma lógica, usando estratégias como decomposição, reconhecimento de padrões, algoritmos e abstração, e utilização da Inteligência Artificial no contexto educacional.....	175

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica – Filosofia

1. A emergência da filosofia grega. Filosofia e a cidade. Filosofia e a democracia. Filosofia e a universalização da palavra. Filosofia, verdade e argumentação.....	185
2. Filosofia e os conhecimentos tradicionais (narrativas/mitos). Filosofia e a consciência cotidiana. Filosofia, a arte e as ciências	190
3. Filosofia e ação. Moral, ética e política. Filosofia, ética e felicidade (Platão, Aristóteles, Agostinho de Hipona e Spinoza). Ética, autonomia da razão e dignidade (Kant)Crítica e genealogia da moral (Nietzsche). Contextualização histórica dessas questões e principais argumentos	191
4. Filosofia e conhecimento científico. Racionalismo (Descartes) e empirismo (Bacon). Filosofia e crítica da técnica (Heidegger, Benjamin). Contextualização histórica dessas questões e principais argumentos	195
5. Reflexões acerca do ensino de filosofia no ensino médio. Ensino de filosofia e interdisciplinaridade. Estratégias didáticas e seleção de conteúdos	204
6. Conhecimento científico, abordagens metodológicas e recursos didáticos no ensino da Filosofia.....	207
7. Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o componente curricular a de filosofia	211

Conhecimentos do Estado de Sergipe

1. Indígenas em Sergipe.....	217
2. Processo de ocupação e povoamento do território sergipano	217
3. Economias fundadoras.....	217
4. Regiões geoeconômicas.....	218
5. Estrutura do poder e a sociedade colonial sergipana	218
6. Sergipe nas sucessivas fases da República Brasileira	219
7. Condicionantes geoambientais (clima, recursos minerais, relevo e solo, recursos hídricos, vegetação)	219
8. Dinâmica populacional.....	225
9. Rede urbana e organização do espaço.....	232
10. Formação metropolitana de Aracaju	237
11. Política, sociedade e economia no Sergipe contemporâneo	244
12. Potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social	244
13. Formação e expressão da cultura sergipana.....	247
14. Educação em Sergipe	252

ÍNDICE

Legislação Educacional

1. Constituição Federal de 1988 (do art. 205 ao art. 214)	263
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações).....	266
3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações)	286
4. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº13.146/2015 e suas alterações)	325
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (Resolução CNE-CEB nº 07/2010)	343
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 03/2018)	351
7. Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	359
8. Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) e suas alterações	402
9. Lei estadual nº 8.025/2015 (Plano Estadual de Educação – PEE)	406

Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

1. Avaliação educacional e uso de indicadores.....	411
2. Principais indicadores educacionais no Brasil: taxas e índices educacionais, indicadores de fluxo escolar, rendimento escolar, distorção idade-série, acesso e permanência e aprendizagem; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Índice de Desempenho Escolar em Sergipe (IDESE).....	412
3. Sistemas nacionais e estadual de avaliação e monitoramento da educação: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE); Avaliação nacional de alfabetização (ANA); Censo escolar da educação básica.....	418
4. Noções básicas de estatística aplicadas à educação: organização e representação de dados, tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, moda e mediana)noções de dispersão; interpretação e análise crítica de informações estatísticas em contextos educacionais	425
5. Aplicação pedagógica e administrativa dos indicadores para planejamento escolar, avaliação institucional, gestão democrática, políticas educacionais, formação docente e desenvolvimento profissional	434

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

▪ **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

▪ **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor comprehenda as relações entre as ideias.

▪ **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e comprehensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

▪ **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

▪ **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

▪ **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

▪ **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma

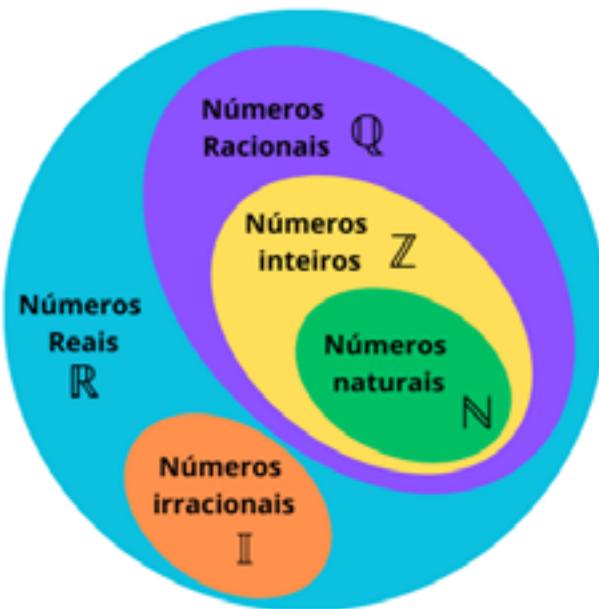
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

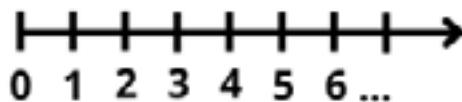
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

$\mathbb{P} = \{2, 3, 5, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

► Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

► Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

► Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

▪ **Exemplo:** $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

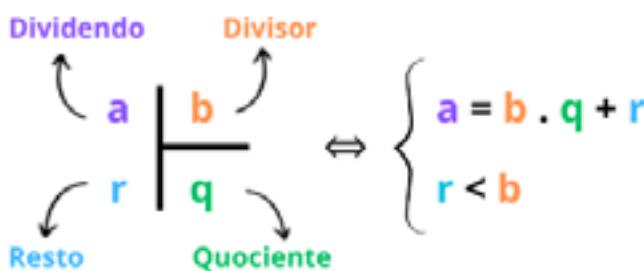
▪ **3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:** $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ." para indicar a multiplicação).

AMOSTRA

► Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitissemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

► Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

- Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- 3 642.
- 3 828.
- 4 093.
- 4 167.
- 4 256.

Solução: Resposta: D.

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram $833 \cdot 5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão. Assim, são 4167 calendários perfeitos.

- João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1 ^ª Zona Eleitoral	2 ^ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

- 3995
- 7165
- 7532
- 7575
- 7933

Solução: Resposta: E.

Vamos somar a 1^ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2^ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FUNDAMENTO, TEMAS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: I FUNDAMENTO; RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: DIMENSÕES FILOSÓFICA, HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGÓGICA

A educação, desde os primórdios da civilização, sempre esteve profundamente entrelaçada com a configuração e evolução das sociedades. O modo como educamos e somos educados não apenas reflete os valores, crenças e estruturas de nossa comunidade, mas também molda o curso futuro dessa mesma comunidade. Por meio de uma abordagem multidimensional, é possível entender como a educação e a sociedade se influenciam mutuamente, abrangendo aspectos filosóficos, socioculturais, políticos e pedagógicos.

1. Dimensão Filosófica

Desde Platão, que em sua obra “A República” delineava a educação ideal para os guardiões de sua cidade perfeita, até Paulo Freire e sua pedagogia do oprimido, a filosofia da educação tem explorado os propósitos e significados intrínsecos à formação humana. O que significa ser educado? Qual é o papel do indivíduo na sociedade e como a educação pode facilitar ou impedir esse papel? Essas são questões que vão além de práticas e métodos, chegando ao cerne de nossa existência e propósito coletivo. Ao refletir filosoficamente, reconhecemos que a educação não é apenas um processo de transmissão de informações, mas uma jornada de autodescoberta e definição de valores.

2. Dimensão Sociocultural

A educação, inegavelmente, opera dentro do tecido da cultura. Seja através da literatura, história ou arte, a educação transmite e, muitas vezes, reforça as normas culturais. Em sociedades multiculturais, a educação torna-se um terreno de negociação entre diferentes culturas, tradições e valores. Contudo, ela também tem o potencial de ser revolucionária. Em momentos históricos, a educação desempenhou um papel crucial na transformação da sociedade, seja por meio do empoderamento das mulheres, da promoção dos direitos civis ou do desafio a regimes opressores.

3. Dimensão Política

A política e a educação estão inextricavelmente ligadas. Políticas educacionais, muitas vezes formuladas por agentes distantes da realidade da sala de aula, determinam o currículo, a alocação de recursos e as diretrizes pedagógicas. A educação também é uma ferramenta política. Ela pode ser usada para promover uma agenda, seja ela progressista ou conservadora. No entanto, o seu potencial mais poderoso reside em seu papel como equalizadora. A educação tem o poder de nivelar o campo de jogo, oferecendo oportunidades para os desfavorecidos e desafiando estruturas de poder estabelecidas.

4. Dimensão Pedagógica

No coração da educação estão a sala de aula, o professor e o aluno. A pedagogia, como a ciência da educação, examina como ensinamos e como aprendemos. Em uma sociedade em constante mudança, métodos pedagógicos também devem evoluir. A chegada da era digital, por exemplo, trouxe desafios e oportunidades inéditas. A educação, agora, não está mais confinada aos muros da escola. A aprendizagem pode ocorrer em qualquer lugar, a qualquer momento. Neste contexto, a pedagogia deve se adaptar para atender às necessidades dos alunos do século XXI.

Assim, compreendemos que a educação não é um fenômeno isolado, mas um reflexo e um formador da sociedade. Sua influência é profunda e abrangente, tocando todos os aspectos de nossa vida coletiva. Se quisermos construir sociedades mais justas, igualitárias e progressistas, devemos começar pela forma como educamos nossos cidadãos. Porque, no final, a educação é o espelho no qual a sociedade vê a si mesma e a lente através da qual ela imagina seu futuro.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

O desenvolvimento das concepções pedagógicas ao longo da história é um tema fundamental para compreender como a educação evoluiu e se adaptou às necessidades sociais, culturais e políticas de diferentes épocas. Desde os primórdios da civilização, a educação desempenhou um papel central na formação dos indivíduos e na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra. Cada período histórico trouxe consigo novas ideias e abordagens pedagógicas, refletindo as mudanças nas visões de mundo e nas expectativas sociais. Este texto abordará as principais concepções pedagógicas que marcaram a Antiguidade, a Idade Média, o Renascimento, o Iluminismo, até as correntes contemporâneas, destacando suas contribuições e legados para a prática educativa atual.

A importância deste estudo reside na necessidade de entender que a educação não é estática; ao contrário, ela é profundamente influenciada pelo contexto histórico e pelos valores predominantes em cada sociedade. Ao analisar as diferentes concepções pedagógicas, podemos identificar os princípios que ainda orientam a educação moderna e aqueles que foram superados ou transformados ao longo do tempo.

Pedagogia na Antiguidade: Influências Gregas e Romanas

Na Antiguidade, as concepções pedagógicas estavam intimamente ligadas às necessidades e valores das sociedades grega e romana. Em Atenas, por exemplo, a educação visava à formação do cidadão ideal, capaz de participar ativamente na vida pública. Sócrates, Platão e Aristóteles, três dos maiores filósofos gregos, ofereceram visões distintas sobre a educação,

AMOSTRA

▪ **Sócrates:** Conhecido por seu método dialético, Sócrates acreditava que o verdadeiro conhecimento vinha de dentro do indivíduo e poderia ser revelado através do questionamento constante. Sua abordagem pedagógica era centrada no diálogo e na reflexão, incentivando os alunos a pensarem por si mesmos, em vez de simplesmente receberem conhecimento de forma passiva.

▪ **Platão:** Discípulo de Sócrates, Platão elaborou uma visão mais estruturada da educação em sua obra “A República”. Ele propôs um sistema educacional dividido em fases, onde os indivíduos eram educados de acordo com suas capacidades inatas. A educação, para Platão, deveria preparar os futuros governantes, os “filósofos-reis”, para liderar com sabedoria e justiça.

▪ **Aristóteles:** Aluno de Platão, Aristóteles trouxe uma visão mais prática e empírica à educação. Para ele, a educação deveria visar o desenvolvimento da virtude e a busca pela felicidade (eudaimonia). Aristóteles também destacou a importância da educação física e moral, além da intelectual.

Em Roma, a educação manteve a influência grega, mas com uma ênfase maior na formação prática e cívica. O objetivo era formar cidadãos que pudessem servir ao Estado, tanto na vida pública quanto na militar. Cícero e Quintiliano foram dois dos principais pensadores romanos que refletiram sobre a educação. Quintiliano, em particular, escreveu “Instituições Oratórias”, uma das primeiras obras dedicadas à educação infantil, onde defendeu a importância do ensino personalizado e adaptado ao ritmo de aprendizado de cada criança.

Essas concepções pedagógicas da Antiguidade lançaram as bases para a educação ocidental, influenciando práticas e teorias pedagógicas que perduraram por séculos. A valorização da formação integral do ser humano, do diálogo e do pensamento crítico são legados que continuam a ser reverenciados na educação contemporânea.

Pedagogia Medieval: A Influência do Cristianismo

A Idade Média foi um período marcado pela predominância da Igreja Católica na vida social e cultural da Europa, o que teve um impacto profundo na educação. A pedagogia medieval estava centrada na transmissão dos ensinamentos cristãos e na formação de clérigos. As escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, e o currículo era baseado no trivium (gramática, retórica e dialética) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que compunham as sete artes liberais.

▪ **Santo Agostinho:** Um dos teólogos mais influentes da época, Santo Agostinho elaborou uma concepção pedagógica que enfatizava a importância da educação para a compreensão das Escrituras e para a salvação da alma. Ele defendia uma pedagogia introspectiva, onde o aprendizado era visto como um processo interno de autoconhecimento e de aproximação com Deus. Em sua obra “Confissões”, Agostinho

refletiu sobre sua própria experiência educativa, criticando o ensino retórico e mecânico de sua juventude e propondo uma educação voltada para a verdade e o amor a Deus.

▪ **São Tomás de Aquino:** Outro grande pensador medieval, São Tomás de Aquino, integrou a filosofia aristotélica à teologia cristã, oferecendo uma visão equilibrada entre fé e razão. Para ele, a educação deveria desenvolver tanto a razão quanto a fé, pois ambas eram vistas como caminhos complementares para o entendimento da verdade divina. Sua obra “Suma Teológica” influenciou profundamente a pedagogia escolástica, que dominou as universidades medievais.

Durante a Idade Média, a educação era, em grande parte, privilégio da elite e do clero. No entanto, a fundação das primeiras universidades na Europa, como Bolonha, Paris e Oxford, marcou o início de uma expansão do acesso ao conhecimento, embora ainda limitado. Essas instituições surgiram como centros de aprendizado avançado, onde o trivium e o quadrivium serviam como base para estudos mais especializados em teologia, direito e medicina.

A pedagogia medieval, apesar de fortemente influenciada pela religião, contribuiu para a preservação e transmissão do conhecimento clássico e para a formação intelectual que prepararia o terreno para o Renascimento. O foco na formação moral e religiosa, característico dessa época, é um legado que ainda pode ser observado em várias instituições educativas ao redor do mundo.

4. Renascimento e a Pedagogia Humanista

O Renascimento foi um período de redescoberta das culturas clássicas greco-romanas e de valorização do potencial humano, marcando uma ruptura significativa com a pedagogia medieval. A pedagogia humanista, que emergiu nesse contexto, colocou o ser humano no centro do processo educativo, promovendo uma educação que buscava o desenvolvimento integral do indivíduo, em termos intelectuais, morais e estéticos.

▪ **Erasmo de Roterdã:** Um dos principais expoentes do humanismo, Erasmo de Roterdã, criticou o ensino escolástico e defendeu uma educação mais voltada para o desenvolvimento do espírito crítico e da moralidade. Em suas obras, como “Elogio da Loucura”, Erasmo destacou a importância da leitura dos clássicos e da educação como meio para alcançar a virtude. Ele acreditava que a educação deveria ser acessível a todos e promover a paz e a compreensão entre os povos.

▪ **Michel de Montaigne:** Outro pensador influente do Renascimento, Montaigne, em seus “Ensaios”, refletiu sobre a natureza humana e a importância da educação na formação de indivíduos sábios e equilibrados. Ele criticava a memorização mecânica e defendia uma educação que incentivasse a reflexão, a dúvida e a experiência pessoal. Para Montaigne, a educação deveria preparar o indivíduo para a vida prática, ensinando-o a pensar por si mesmo e a se adaptar às circunstâncias.

SABERES DIGITAIS DOCENTES

ENSINO E APRENDIZAGEM COM TECNOLOGIAS DIGITAIS: CURADORIA, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM; INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E INOVADORAS; USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS PARA ACOMPANHAMENTO DE APRENDIZAGEM E GESTÃO DA SALA DE AULA; UTILIZAÇÃO DE DADOS E EVIDÊNCIAS DIGITAIS PARA TOMADA DE DECISÃO PEDAGÓGICA; AVALIAÇÃO E FEEDBACK MEDIADOS POR RECURSOS DIGITAIS; APLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

CURADORIA, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O uso de tecnologias digitais no contexto educacional vem se consolidando como um pilar essencial para a construção de experiências de ensino-aprendizagem mais dinâmicas, personalizadas e significativas. Nesse cenário, a curadoria, produção e adaptação de recursos digitais desempenham papéis estratégicos para professores e demais profissionais da educação que desejam integrar essas ferramentas de forma efetiva e crítica às suas práticas pedagógicas.

A curadoria de recursos digitais consiste no processo de seleção criteriosa, análise e organização de conteúdos disponíveis na internet ou em plataformas educacionais. Diferente da simples busca por materiais, a curadoria exige olhar pedagógico, conhecimento do currículo, domínio das necessidades dos estudantes e clareza sobre os objetivos de aprendizagem. Um recurso digital bem curado considera a qualidade do conteúdo, sua acessibilidade, linguagem, atualização, fontes e aplicabilidade ao contexto de ensino. A prática da curadoria também envolve o uso de ferramentas específicas que ajudam o professor a organizar seus achados, como repositórios digitais, portfólios online e aplicativos de bookmarking educacional.

Já a produção de recursos digitais se refere à criação de materiais próprios, feitos sob medida para os estudantes, considerando suas especificidades e as metas do processo de ensino. Esses recursos podem assumir diversas formas, como vídeos explicativos, infográficos, podcasts, e-books interativos, quizzes online e apresentações multimídia. A produção digital coloca o educador em uma posição ativa de autor, valorizando seu conhecimento e criatividade. Além disso, amplia as possibilidades de atender diferentes estilos de aprendizagem, promovendo experiências mais personalizadas e engajadoras.

A adaptação de recursos, por sua vez, é um processo igualmente importante, pois reconhece que nem sempre os conteúdos disponíveis estão prontos para o uso em sala de aula, especialmente quando se leva em conta a diversidade dos estudantes. Adaptar um recurso significa ajustá-lo em termos de

se adeque ao nível cognitivo, às necessidades específicas ou às limitações tecnológicas da turma. Esse processo é fundamental para garantir a inclusão e equidade no acesso ao conhecimento. Por exemplo, adaptar um vídeo com legendas, traduzir um texto, simplificar a linguagem ou transformar um conteúdo visual em áudio são práticas que ampliam o alcance dos materiais.

É importante destacar que essas três dimensões — curadoria, produção e adaptação — não são estáticas nem isoladas. Em geral, um bom planejamento pedagógico digital envolve a combinação dessas estratégias, considerando o tempo disponível, os recursos tecnológicos acessíveis e o perfil da turma. O educador pode começar com a curadoria de materiais confiáveis, adaptá-los conforme a necessidade de seus alunos e, quando possível, produzir conteúdos originais para aprofundar ou complementar o tema.

Outro aspecto central nesse processo é o desenvolvimento da competência digital do professor. Para curar, adaptar e produzir materiais com qualidade, o educador precisa dominar minimamente ferramentas digitais, plataformas de edição e princípios de design instrucional. Isso não significa ser especialista em tecnologia, mas sim possuir uma base sólida que permita tomar decisões pedagógicas conscientes e eficazes. A formação continuada é, nesse sentido, um elemento-chave para que o uso dos recursos digitais seja significativo e não apenas uma substituição do papel pelo digital.

Além disso, vale considerar que os próprios estudantes também podem ser envolvidos nesse processo. A produção colaborativa de recursos, como vídeos explicativos feitos pelos alunos, apresentações digitais em grupo ou projetos de pesquisa com construção de blogs e portfólios online, contribui para o protagonismo discente e desenvolve competências do século XXI, como comunicação, criatividade, pensamento crítico e colaboração.

Por fim, a curadoria, produção e adaptação de recursos digitais devem estar sempre alinhadas aos princípios pedagógicos e à intencionalidade do ensino. O uso de tecnologia não é um fim em si mesmo, mas um meio para ampliar possibilidades de aprendizagem. Quando bem planejados e integrados ao currículo, os recursos digitais enriquecem o trabalho docente, favorecem a aprendizagem ativa e colaborativa e aproximam o universo escolar das realidades digitais vivenciadas pelos estudantes fora da sala de aula.

TECNOLOGIAS DIGITAIS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E INOVADORAS

O uso de tecnologias digitais na educação tem um enorme potencial para transformar práticas pedagógicas tradicionais, tornando-as mais inclusivas e inovadoras. Quando bem aplicadas, essas tecnologias contribuem não apenas para diversificar estratégias de ensino, mas também para promover o acesso equitativo ao conhecimento, respeitando as múltiplas formas de aprender dos estudantes. Inclusão e inovação, nesse contexto,

AMOSTRA

são dimensões complementares: a primeira busca garantir que todos aprendam, enquanto a segunda aponta caminhos criativos e eficazes para que isso aconteça.

A inclusão educacional vai além da presença física do aluno na sala de aula. Envolve a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. As tecnologias digitais oferecem recursos valiosos para essa missão. Por exemplo, softwares de leitura de tela e síntese de voz atendem estudantes com deficiência visual; legendas automáticas beneficiam alunos surdos ou com dificuldades auditivas; tradutores e ferramentas de simplificação textual auxiliam aprendizes de línguas; e ambientes virtuais adaptáveis favorecem estudantes com transtornos de atenção ou de aprendizagem.

Nesse sentido, uma prática pedagógica inclusiva com uso de tecnologia deve considerar a acessibilidade digital como um princípio fundamental. Isso significa escolher plataformas que sigam padrões internacionais de acessibilidade, oferecer diferentes formatos de conteúdo (áudio, vídeo, texto, imagem), permitir a personalização do ambiente virtual de aprendizagem e estimular a autonomia do estudante. Além disso, a acessibilidade deve ser pensada desde o planejamento das aulas, e não como uma adaptação posterior.

Outro ponto importante é o potencial das tecnologias digitais para apoiar a personalização da aprendizagem. Plataformas adaptativas, por exemplo, utilizam algoritmos para oferecer atividades e desafios de acordo com o ritmo e desempenho de cada aluno. Aplicativos educacionais permitem que estudantes escolham trilhas de estudo, definam metas pessoais e acompanhem seu próprio progresso. Isso representa uma mudança significativa em relação ao modelo tradicional, baseado em conteúdos padronizados e ritmo único, que muitas vezes ignora as diferenças de interesse, estilo cognitivo e bagagem cultural entre os alunos.

Inovar com tecnologias digitais também implica repensar o papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem. O modelo centrado na transmissão de conteúdos cede lugar a práticas que valorizam a construção ativa do conhecimento, o trabalho colaborativo, o pensamento crítico e a resolução de problemas reais. Ferramentas como fóruns de discussão online, plataformas de projetos colaborativos, laboratórios virtuais, simuladores e jogos educacionais ampliam as possibilidades de engajamento e participação dos estudantes. O ambiente digital, quando bem explorado, favorece uma aprendizagem mais interativa, exploratória e conectada com o mundo.

As metodologias ativas ganham força nesse novo cenário. Estratégias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos, gamificação e aprendizagem por investigação encontram nas tecnologias digitais um suporte fundamental. Por meio delas, os alunos têm acesso a conteúdos prévios, participam de discussões em tempo real ou assíncronas, compartilham produções e constroem conhecimento de forma mais autônoma. Essas práticas também promovem a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática, tornando o processo educativo mais relevante e significativo.

Vale destacar que a inovação não depende exclusivamente do uso de ferramentas sofisticadas ou de última geração. Ela está diretamente ligada à intencionalidade pedagógica, à criatividade

aprendizagem significativas. Muitas vezes, práticas inovadoras podem ser implementadas com recursos simples, desde que usados de maneira estratégica e com foco no desenvolvimento dos estudantes.

Por fim, é essencial que a inovação tecnológica na educação venha acompanhada de formação docente adequada. O professor precisa sentir-se seguro para explorar novas possibilidades, avaliar criticamente o uso das ferramentas e adaptar suas práticas de acordo com o perfil da turma. Programas de formação continuada que abordem tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos do uso das tecnologias são fundamentais para sustentar a inovação e a inclusão.

PLATAFORMAS DIGITAIS NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM E DA SALA DE AULA

As plataformas digitais têm desempenhado um papel cada vez mais relevante na gestão da aprendizagem e na organização da sala de aula. Elas oferecem ao professor ferramentas práticas para planejar, aplicar, acompanhar e avaliar atividades de ensino, promovendo maior integração entre os diversos elementos do processo educativo. Ao mesmo tempo, contribuem para ampliar a comunicação entre professores, estudantes e famílias, além de possibilitar o monitoramento mais eficaz do progresso de cada aluno.

Essas plataformas podem ser ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), sistemas de gestão educacional, aplicativos educacionais ou até mesmo redes sociais adaptadas para fins pedagógicos. Independentemente da nomenclatura ou complexidade, o que caracteriza uma boa plataforma é sua capacidade de facilitar o trabalho docente e melhorar a experiência de aprendizagem dos estudantes. Ela deve ser intuitiva, acessível, compatível com diferentes dispositivos e, acima de tudo, pedagógica em sua proposta.

Na gestão da aprendizagem, as plataformas digitais funcionam como centros organizadores de conteúdos e atividades. O professor pode montar trilhas de aprendizagem, publicar materiais de apoio, organizar fóruns de discussão, propor tarefas avaliativas e criar espaços de interação. Isso permite que o processo de ensino seja estruturado de forma clara e acessível para todos os envolvidos. Os estudantes, por sua vez, podem acessar os conteúdos de acordo com seu próprio ritmo, revisar materiais, tirar dúvidas e acompanhar seu desempenho por meio de relatórios e feedbacks.

Além disso, essas ferramentas permitem uma abordagem mais personalizada do ensino. A partir de dados coletados automaticamente pela plataforma — como tempo de acesso, respostas às atividades, participação em fóruns e resultados em quizzes — é possível identificar padrões de aprendizagem, dificuldades recorrentes e pontos fortes dos estudantes. Com essas informações, o professor pode tomar decisões mais embasadas sobre intervenções pedagógicas, adaptar estratégias e oferecer apoio individualizado quando necessário.

Na organização da sala de aula, as plataformas também desempenham funções administrativas importantes. Permitem o registro de frequência, o acompanhamento do engajamento dos alunos, o controle de prazos de entrega e o envio de comunicados. Muitos sistemas oferecem ainda integração com calendários, agendas e notificações automáticas, ajudando

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica – Filosofia

A EMERGÊNCIA DA FILOSOFIA GREGA. FILOSOFIA E A CIDADE. FILOSOFIA E A DEMOCRACIA. FILOSOFIA E A UNIVERSALIZAÇÃO DA PALAVRA. FILOSOFIA, VERDADE E ARGUMENTAÇÃO

A EMERGÊNCIA DA FILOSOFIA GREGA

CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL

A filosofia grega surgiu por volta dos séculos VII e VI a.C., especialmente nas colônias gregas da Ásia Menor, como Mileto, em um período marcado por intensas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas. A vida nas cidades-estado (pólis) permitiu a criação de um ambiente de debate público e exercício da cidadania, favorecendo o desenvolvimento do pensamento racional.

Esse novo tipo de pensamento, conhecido como *logos*, surgiu como contraponto ao mito, forma tradicional de explicar o mundo com base em narrativas simbólicas e religiosas. A filosofia representou, portanto, uma mudança radical na forma de compreender a realidade: da aceitação da tradição à busca pela explicação racional e argumentativa dos fenômenos naturais e humanos.

Jean-Pierre Vernant aponta que essa transformação não foi apenas intelectual, mas social: o pensamento filosófico emergiu com a consolidação da pólis e da esfera pública de deliberação racional.

A PASSAGEM DO MITO AO LOGOS

O mito explicava a origem do mundo e dos fenômenos com base em deuses, seres sobrenaturais e forças misteriosas. Já o *logos* representa a racionalidade, a argumentação, o questionamento e a busca pela verdade fundamentada na razão.

Enquanto os mitos eram aceitos como verdades sagradas e imutáveis, o *logos* buscava o conhecimento por meio da observação, da reflexão lógica e da crítica. Esse processo marca o nascimento da filosofia como campo autônomo do saber.

A filosofia surge, portanto, como uma forma de pensar o mundo de maneira racional, colocando em xeque as explicações tradicionais e inaugurando o questionamento sistemático da realidade.

► Condições para o surgimento da filosofia

Vários fatores contribuíram para o surgimento da filosofia na Grécia:

- A organização das cidades-estado, com participação cidadã nas decisões públicas;
- A escrita alfabetica, que favoreceu o registro e a sistematização do pensamento;
- A ampliação do comércio e do contato com outras culturas;

- O desenvolvimento da vida pública, com debates, assembleias e tribunais;
- O tempo livre de parte da população, que permitia o ócio criativo (*scholé*).

A pólis grega exigia que os cidadãos soubessem argumentar, convencer e debater. Isso estimulou o uso da razão e a valorização da linguagem como meio de convivência social, o que contribuiu diretamente para a formação da filosofia como prática discursiva e reflexiva.

Os primeiros filósofos: os pré-socráticos

Os primeiros pensadores da filosofia ocidental são chamados de pré-socráticos. Eles buscavam compreender a origem e a composição do universo (*physis*), procurando um princípio racional que explicasse tudo (*arché*).

Entre os principais pré-socráticos estão:

- **Tales de Mileto:** afirmava que a água era o princípio de tudo.
- **Anaximandro:** introduziu o conceito de *apeíron*, o ilimitado, como origem das coisas.
- **Anaxímenes:** propôs o ar como substância primordial.
- **Heraclito:** destacou o movimento e a mudança como essência da realidade.
- **Parmênides:** defendeu a permanência do ser e negou a mudança.

Esses pensadores romperam com a explicação mítica ao buscar causas naturais e princípios racionais para os fenômenos do mundo. Seu pensamento inaugurou uma nova forma de conhecimento, que influenciaria todas as ciências posteriores.

FILOSOFIA COMO SABER RACIONAL E UNIVERSAL

A filosofia grega propõe um conhecimento que não depende da tradição ou da autoridade, mas sim da razão e da argumentação. A busca pela verdade passa a ser feita por meio de perguntas, debates, demonstrações e crítica das opiniões.

Essa nova forma de pensar valorizava o conhecimento universal, ou seja, válido para todos os seres humanos, independentemente do tempo ou do lugar. Isso diferencia a filosofia de saberes particulares ou religiosos.

Ao mesmo tempo, a filosofia grega não se limitava à natureza, mas logo passou a tratar de temas humanos, éticos, políticos e educativos, como farão Sócrates, Platão e Aristóteles.

► Relação com a educação

O nascimento da filosofia está profundamente relacionado com a educação. Na Grécia, a *paideia* era a formação do cidadão para a vida pública e para o exercício da virtude. A filosofia tornou-se o fundamento desse processo, ao estimular o pensamento crítico, o diálogo e a reflexão ética.

AMOSTRA

Na educação contemporânea, essa herança se reflete em diretrizes como:

- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que valoriza o pensamento crítico e a argumentação (competências gerais 2 e 8).
- A LDB (Lei nº 9.394/1996), que prevê a liberdade de ensinar, aprender e divulgar o pensamento.
- A Constituição Federal (art. 205), que define a educação como direito de todos e instrumento de desenvolvimento da pessoa e da cidadania.

Aplicações pedagógicas

A emergência da filosofia grega ensina que o conhecimento nasce da dúvida, da observação e do diálogo. Essa lição pode ser aplicada na sala de aula por meio de:

- Discussões baseadas em perguntas abertas;
- Problematização de conteúdos;
- Comparação entre mito e logos;
- Uso da argumentação como ferramenta de aprendizagem;
- Trabalho interdisciplinar com História, Língua Portuguesa e Sociologia.

FILOSOFIA E A CIDADE

► A pólis como espaço filosófico

A filosofia nasce em sintonia com a consolidação da pólis grega, especialmente em cidades como Atenas. A pólis não era apenas uma cidade física, mas um modelo de organização política, social e cultural onde o cidadão participava diretamente das decisões coletivas, especialmente nas assembleias e tribunais.

Nesse contexto, o debate público e o uso da palavra como forma de persuasão e deliberação tornaram-se centrais. Isso exigiu a valorização da razão, da lógica e da argumentação, elementos fundamentais para o florescimento da filosofia. A vida na pólis impulsionou o exercício do pensamento crítico, porque o cidadão precisava ser capaz de defender suas ideias, discutir leis, questionar normas e propor soluções.

A educação na pólis

A formação do cidadão era prioridade na pólis. O conceito de paideia expressava esse ideal de educação integral, que não se restringia à instrução técnica, mas visava o desenvolvimento ético, estético e político do indivíduo.

A filosofia passou a ser parte essencial dessa formação, na medida em que ensinava a pensar, a argumentar e a distinguir entre opiniões e verdades. Era uma preparação para a vida pública e para o exercício da cidadania.

Autores como Platão e Aristóteles associaram a educação à construção da justiça e da virtude na cidade. Para eles, a educação deveria ser orientada para o bem comum e para a realização do ser humano em comunidade.

► A filosofia como prática política

A filosofia não nasceu como uma teoria abstrata, mas como uma prática enraizada na vida da cidade. Sócrates é um exemplo claro disso: ele não escrevia livros, mas caminhava pelas ruas de Atenas dialogando com jovens, comerciantes, políticos e artesãos. Sua atividade era vista como incômoda porque

desafiava opiniões estabelecidas e incentivava o pensamento livre.

A condenação de Sócrates à morte, acusado de corromper a juventude e de impiedade, mostra os limites da democracia ateniense e revela as tensões entre o pensamento crítico e as estruturas de poder.

A filosofia, desde então, se afirmou como força de crítica, questionamento e transformação social. Ela atua na cidade não para impor verdades, mas para provocar reflexão e diálogo.

► A cidade como lugar da justiça e do bem comum

Platão, ao refletir sobre a organização da cidade ideal em sua obra A República, defendeu que a justiça só poderia existir quando cada cidadão desempenhasse sua função de acordo com sua natureza e sob a orientação dos filósofos, considerados os únicos aptos a governar, pois buscavam a verdade e não o poder.

Para Aristóteles, o ser humano é um animal político, ou seja, somente realiza plenamente sua natureza vivendo em comunidade e participando da vida pública. A cidade, para ele, é o espaço onde o homem busca a virtude e a felicidade por meio da razão prática e da convivência justa.

Implicações pedagógicas e educacionais

A relação entre filosofia e cidade tem implicações diretas para a educação. Em um contexto democrático, como o da escola pública brasileira, a formação do sujeito deve levar em conta a autonomia intelectual, a capacidade de argumentar, de participar e de tomar decisões coletivas fundamentadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca o desenvolvimento da competência crítica, da empatia, da cooperação e da responsabilidade social como elementos essenciais da educação básica. Essas competências têm raízes na tradição filosófica inaugurada na pólis grega.

Formar cidadãos ativos, críticos e éticos é um dos maiores desafios da educação contemporânea. A filosofia, enquanto herdeira da cultura da cidade, é um instrumento pedagógico valioso para esse fim.

Aplicações práticas

No ambiente escolar, o diálogo entre filosofia e cidade pode ser explorado por meio de:

- Projetos de participação democrática no conselho de classe ou grêmio estudantil
- Estudos sobre os conceitos de justiça, ética e lei a partir de casos concretos
- Simulações de assembleias para debater temas sociais
- Análise da atuação de figuras públicas sob o olhar da filosofia política
- Reflexão sobre o papel do aluno como sujeito de direitos e deveres na escola e na sociedade

A filosofia nasceu na cidade e para a cidade. Ela não é apenas um discurso teórico, mas uma prática comprometida com a construção de uma vida coletiva mais justa, racional e ética. A educação, como espaço público por excelência, deve manter esse vínculo com a cidade e com o ideal filosófico de formar cidadãos livres, críticos e comprometidos com o bem comum.

CONHECIMENTOS DO ESTADO DE SERGIPE

INDÍGENAS EM SERGIPE

Os Índios de **Sergipe** são membros de nações tradicionais, como os PATAXÓS, KARIRIS, TUPINAMBÁS, XOCÓS, FULNI-ÔS E KRAHÓS.

Estes índios residem em aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis, bem como em aldeias formadas por indígenas de outros estados que migraram para a região.

A maioria destes índios vive em condições de pobreza e desigualdade, e se dedicam principalmente à agricultura de subsistência, pesca e ao artesanato.

Estes índios também sofrem com problemas como a falta de infraestrutura básica, saúde e educação de qualidade. Alguns também trabalham com projetos de recuperação de seus direitos territoriais, desenvolvendo lutas coletivas para preservar seus territórios ancestrais e sua cultura.

Resumo sobre a população de índios no estado de SERGIPE:

Nações Indígenas	Residência	Condições de Vida	Atividades
Pataxós, Kariris, Tupinambás, Xocós, Fulni-Ôs E Krahós.	Aldeias localizadas nos municípios de Aracaju, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Neópolis.	Pobreza e desigualdade.	Agricultura de subsistência, pesca e artesanato.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PovoAMENTO DO TERRITÓRIO SERGIPANO

O território sergipano foi ocupado por vários grupos étnicos desde a antiguidade. Os índios Kariri-Xocó, Tupinambá, Pankararu e Potiguara foram os principais responsáveis pela ocupação desta região.

A partir de 1591, com a chegada dos portugueses, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano ganhou novo ímpeto. Com a fundação da cidade de São Cristóvão, os colonizadores começaram a colonizar a região.

A expansão da colonização portuguesa e a chegada dos escravos foram fundamentais para o povoamento do território sergipano. Estes escravos, provenientes principalmente de África, contribuíram para o desenvolvimento da região ao longo dos séculos.

O crescimento da população sergipana foi acelerado com o início da industrialização na década de 1950, quando diversas empresas começaram a se instalar na região. Ainda assim, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano foi lento, pois muitas áreas continuaram a ser desocupadas até os dias de hoje.

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem investido em diversos projetos para estimular a ocupação e o povoamento do território sergipano. Estes projetos incluem a construção de infraestrutura, a criação de novos postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, o Estado tem incentivado a preservação da cultura local e dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade desta região. Com isso, o processo de ocupação e povoamento do território sergipano tem se acelerado ao longo dos anos.

Atualmente, Sergipe é um dos estados mais populosos do país, com mais de 2,7 milhões de habitantes. A região tem se destacado por sua grande diversidade cultural, que inclui índios, negros, portugueses, italianos e alemães.

Apesar do crescimento populacional, muitas áreas do território sergipano ainda são desocupadas. O governo tem investido em projetos de ocupação destas áreas, para incentivar o desenvolvimento econômico e social da região.

ECONOMIAS FUNDADORAS

O estado de **Sergipe** possui três principais economias fundadoras: a pecuária, a agricultura e a de gêneros de subsistência. Dentro deste contexto vamos relatar abaixo um breve histórico dessas economias:

Resumo histórico sobre as economias fundadoras

Criação de gado:

- Primeira atividade econômica do estado;



AMOSTRA

- Terras cedidas pelo sistema de sesmarias;
- Avanço na direção sul-norte por regiões próximas ao litoral;
- Interiorização, dando início ao povoamento de Simão Dias e Itabaiana;
- Pouca mão de obra, sistema de compensação (1/4 para o vaqueiro);
- Abastecimento das tropas que defendiam o território;
- Empurradas para o interior no final do século XVIII por conta da cana;
- Perdeu força no século XIX porém voltou a ganhar destaque no século XX.

Cana-de-açúcar:

- Começo em 1602 pela solicitação de sesmaria para engenho;
- Fortalecimento da atividade no final do século XVIII e século XIX;
- Altos preços do açúcar no mercado internacional;
- Problemas em outras áreas produtoras;
- Crescimento demográfico;
- Aumento do poder de compra;
- Domínio da atividade nos vales dos Rios Real, Piauí, Vaza-Barris, **Sergipe**, Cotinguiba, Ganhão Moroba, Siriri e Japaratuba;
- Produção de pequeno porte, porém com muita mão de obra;
- Uso do sistema a vapor chega somente em 1860;
- Perca de mercado para outros estados produtores.

Algodão:

- Inexpressiva para a economia sergipana nos sécs. XVII e XVIII;
- Somente ganha força no final do séc. XVIII;
- Produção concentrada na região do Cotinguiba e São Francisco;
- Mercado auxiliado pelas guerras de independência dos EUA, no final do séc. XVIII;
- **Década de 1860:** aumento da exportação do algodão e da demanda interna para a fabricação de tecidos. Surge a “onda branca”;
- Era caracterizada por ser “lavoura dos pobres”;
- **Década de 1880:** enfraquecimento devido a recuperação dos EUA e ascensão da produção egípcia, limitando ao mercado interno de tecidos;
- **Primeira fábrica de tecido em Aracaju:** 1884 – Sergipe Industrial.

Gêneros de subsistência:

- Acompanhava a criação do gado;
- Feijão, milho, arroz, farinha de mandioca;
- Fortalecimento no agreste **sergipano**, contribuindo no povoamento de Itabaiana e Simão Dias;

- A mandioca foi o produto que ganhou mais destaque;
- A expansão dos canaviais no séc. XVIII gerou escassez de alimentos para a população;
- Mão de obra familiar;
- Entre os sécs. XIX e XX, o arroz produzido nas várzeas do rio São Francisco foi o único produto de subsistência a ser exportado.

REGIÕES GEOECONÔMICAS

A Região Geoeconômica do Estado de Sergipe é formada por cinco regiões, cada uma com suas particularidades e características. A Região Metropolitana de Aracaju (RMAR) é a mais desenvolvida, com grandes investimentos em infraestrutura, comércio, serviços e indústria, além de ser responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A Região Agreste, localizada entre o litoral e o sertão, é caracterizada por ter o clima semiárido e é a região com maior número de pequenos produtores de alimentos. O Sertão, localizado no interior do estado, tem clima semiárido, com baixa precipitação pluviométrica e baixa oferta de água.

O Litoral Sul é a região litorânea mais ao sul do estado, com belíssimas paisagens naturais, onde é comum encontrar turistas durante o ano. Essa região também é importante para o turismo e para a pesca. Por sua vez, o Litoral Norte é a região litorânea mais ao norte, com grande presença de manguezais e espécies marinhas. É uma região importante para a pesca artesanal, com grande presença de comunidades pesqueiras.

Além disso, a Região de Sergipe também oferece diversas formas de lazer e entretenimento, como parques, praias, museus, teatros, shows, festivais de música e outras atrações culturais. Também é possível aproveitar os aromas e sabores típicos da culinária local, desfrutar de atividades desportivas, como voleibol, futebol, vôlei de praia, surf, windsurf, mergulho, canoagem e outras. O estado de Sergipe é rico em belezas naturais e culturais, oferecendo aos seus visitantes e moradores um clima tropical amenizado, além de um patrimônio histórico-cultural inigualável.

ESTRUTURA DO PODER E A SOCIEDADE COLONIAL SERGIPANA

A estrutura de poder na sociedade colonial **sergipana** era marcada pela lógica de hierarquização. Através da propriedade feudal, os proprietários rurais e urbanos, que eram os principais detentores de poder, tinham direitos sobre a terra e seus produtos. Os senhores feudais, também conhecidos como proprietários, eram os responsáveis por formular as leis e regulamentar a exploração dos recursos naturais da região.

Além dos proprietários, outros grupos sociais desempenhavam importantes papéis na estrutura de poder colonial sergipana. Os escravos eram responsáveis por trabalhar na lavoura, principalmente na produção de açúcar e outros produtos agrícolas. Os índios também eram explorados, principalmente para a produção de produtos agrícolas e para a

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (DO ART. 205 AO ART. 214)

► Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtIpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência

AMOSTRA

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e os Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E USO DE INDICADORES

ASPECTOS MACRO-INSTITUCIONAIS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional é um elemento fundamental para o desenvolvimento de sistemas educacionais, pois serve como um indicador da qualidade do ensino e do aprendizado, além de ser uma ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas e a gestão educacional. No contexto macro-institucional, a avaliação educacional se insere em um sistema mais amplo de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com o objetivo de promover melhorias na qualidade da educação e garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira equitativa.

No Brasil, os principais órgãos responsáveis pela avaliação educacional em nível macroinstitucional são o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). Esses órgãos realizam avaliações em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que têm como objetivo avaliar o desempenho dos alunos, a qualidade do ensino e as condições das escolas em diferentes níveis de ensino. Essas avaliações são fundamentais para o monitoramento das políticas educacionais, fornecendo dados para a criação de estratégias para o aprimoramento da educação no país.

Essas avaliações também são utilizadas como indicadores para a elaboração de planos de educação que visam orientar o desenvolvimento do setor, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e diretrizes para a educação brasileira ao longo de um período determinado. No nível macro, a avaliação educacional tem um caráter mais abrangente, com foco na medição de resultados em larga escala, a fim de identificar desigualdades e propor soluções para garantir a equidade no acesso e na qualidade da educação para todos.

Além disso, a avaliação educacional em aspectos macro-institucionais também abrange a avaliação do sistema educacional como um todo, o que envolve a análise de questões como infraestrutura escolar, formação de professores, recursos pedagógicos, financiamento e acesso à educação. Tais avaliações permitem compreender os desafios enfrentados pelas escolas e oferecem insumos para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema educacional como um todo.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem um papel fundamental no processo educativo, pois visa diagnosticar o progresso dos alunos em relação aos objetivos de ensino, identificar suas dificuldades e orientá-los no processo de aprendizagem. No contexto da sala de aula, a avaliação da aprendizagem envolve o uso de diferentes

instrumentos e métodos para mensurar o desenvolvimento dos alunos, considerando não apenas o conteúdo cognitivo, mas também aspectos afetivos, comportamentais e sociais.

A avaliação da aprendizagem pode ser feita de várias maneiras: formativa, sumativa, diagnóstica e processual. Cada uma dessas abordagens tem objetivos específicos e contribui para o aprimoramento do processo educativo de formas diferentes.

- **Avaliação Formativa:** Focada no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação formativa busca acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do tempo, identificando pontos fortes e fracos na aprendizagem. Ela é realizada de forma contínua e regular, por meio de atividades como provas, questionários, discussões em sala de aula e outros tipos de feedback. O objetivo principal da avaliação formativa é fornecer dados que permitam ao professor ajustar sua prática pedagógica para atender melhor às necessidades dos alunos, promovendo o aprendizado de forma mais eficaz.

- **Avaliação Sumativa:** Ao contrário da avaliação formativa, a avaliação sumativa busca medir o aprendizado de forma conclusiva, geralmente no final de um ciclo de ensino ou de um módulo. Ela tem como objetivo atribuir uma nota ou um conceito ao desempenho do aluno, considerando os resultados obtidos ao longo de um determinado período. Essa avaliação é frequentemente realizada por meio de provas, testes e exames finais, e seu foco principal é verificar se os alunos atingiram os objetivos de aprendizagem estabelecidos no currículo.

- **Avaliação Diagnóstica:** A avaliação diagnóstica é realizada no início de um ciclo de ensino ou antes de iniciar um novo conteúdo, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos, suas habilidades e suas dificuldades. A partir dessa avaliação, o professor pode ajustar seu planejamento para atender melhor às necessidades da turma. Ela é especialmente útil no início de novos temas, ajudando a identificar lacunas de aprendizagem que precisam ser preenchidas antes de prosseguir.

- **Avaliação Processual:** A avaliação processual é uma abordagem que considera o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo, levando em conta o esforço, a evolução e a participação nas atividades realizadas. Ao invés de focar apenas no resultado final, a avaliação processual observa o processo de aprendizagem, considerando o progresso gradual do aluno. Isso permite uma avaliação mais justa e abrangente, que leva em conta os diferentes ritmos e contextos de aprendizagem dos estudantes.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional, tanto no nível macro-institucional quanto na avaliação da aprendizagem, enfrenta diversos desafios, que podem impactar a efetividade de suas práticas e

AMOSTRA

resultados. No contexto macroinstitucional, um dos principais desafios é a desigualdade de acesso e a qualidade da educação em diferentes regiões do país.

As avaliações em larga escala, como o ENEM e o SAEB, frequentemente revelam disparidades significativas entre as regiões, com as áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos enfrentando dificuldades em termos de infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos. Essas desigualdades dificultam a interpretação dos dados de avaliação, pois as condições de ensino e aprendizagem variam consideravelmente.

Outro desafio importante é o uso e a interpretação dos resultados das avaliações. Muitas vezes, os dados gerados por essas avaliações são mal interpretados ou utilizados de forma inadequada, o que pode levar à criação de políticas públicas ineficazes. O uso de avaliações externas como indicador principal de qualidade educacional também pode levar à pressão excessiva sobre os alunos e educadores, criando um ambiente educacional focado na obtenção de boas notas, em detrimento do verdadeiro desenvolvimento educacional.

No nível da aprendizagem, os desafios estão relacionados à diversidade de métodos e instrumentos de avaliação, bem como à necessidade de personalização do ensino. Os alunos têm diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, e uma avaliação única e padronizada pode não refletir com precisão suas capacidades e progressos. Além disso, há uma crescente preocupação com a avaliação formativa, que exige dos educadores uma maior habilidade para realizar diagnósticos contínuos e feedback eficaz, o que pode ser um desafio diante da grande quantidade de alunos e da falta de tempo.

No entanto, a avaliação educacional também apresenta perspectivas promissoras. A incorporação de novas tecnologias no processo de avaliação, como o uso de plataformas digitais, ferramentas de avaliação online e sistemas de acompanhamento do progresso dos alunos, pode contribuir para a melhoria da precisão e eficiência da avaliação. Além disso, a avaliação inclusiva, que leva em consideração as necessidades especiais dos alunos, pode garantir que todos tenham a oportunidade de demonstrar seu aprendizado, independentemente de suas condições pessoais.

A avaliação educacional é um componente essencial para a melhoria contínua da qualidade da educação. No nível macroinstitucional, ela serve como uma ferramenta estratégica para a criação de políticas públicas educacionais, enquanto, no contexto da aprendizagem, ela possibilita o acompanhamento e a orientação do desenvolvimento dos alunos. Apesar dos desafios relacionados à desigualdade e ao uso inadequado dos dados de avaliação, as perspectivas são positivas, especialmente com a evolução dos métodos e a incorporação de novas tecnologias. Para que a avaliação cumpra seu papel de promover melhorias, é necessário que ela seja utilizada de forma consciente, reflexiva e adaptada às necessidades dos alunos e das instituições de ensino.

PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS NO BRASIL: TAXAS E ÍNDICES EDUCACIONAIS, INDICADORES DE FLUXO ESCOLAR, RENDIMENTO ESCOLAR, DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, ACESSO E PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM; ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB); ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR EM SERGIPE (IDESE)

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos do Estado de Sergipe.

Bons estudos!

INDICADORES DE FLUXO ESCOLAR

O fluxo escolar é uma categoria de indicadores educacionais que mede a trajetória dos estudantes dentro do sistema de ensino. Seu objetivo é identificar como os alunos progredem ao longo das etapas escolares, considerando aspectos como aprovação, reprovação e abandono. Esses dados são fundamentais para avaliar a eficiência do sistema educacional e orientar políticas públicas voltadas à melhoria da permanência e do sucesso escolar.

O acompanhamento do fluxo escolar permite compreender se os estudantes estão conseguindo concluir cada etapa na idade adequada, se estão repetindo anos ou se estão deixando a escola antes do término da educação básica. A análise desses indicadores ajuda a detectar gargalos que afetam o direito à educação com qualidade e equidade.

► **Principais componentes dos indicadores de fluxo**

Os principais indicadores utilizados para medir o fluxo escolar são:

- Taxa de aprovação
- Taxa de reprovação
- Taxa de abandono
- Taxa de transição entre etapas

Cada um desses componentes fornece uma visão específica sobre o andamento dos alunos na escola e ajuda a compor um panorama geral da eficiência do sistema de ensino.

Taxa de aprovação:

A taxa de aprovação mostra o percentual de alunos que conseguiram concluir com sucesso o ano letivo, passando para o próximo ano escolar. Uma taxa de aprovação alta, quando combinada com bons níveis de aprendizagem, pode indicar que o sistema está funcionando de forma adequada. No entanto, uma aprovação automática, sem considerar a aprendizagem real, também pode ocultar problemas mais profundos.

Taxa de reprovação:

Este indicador mede o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos de desempenho para avançar para o ano seguinte. Altas taxas de reprovação costumam estar associadas a dificuldades de aprendizagem, falhas no processo pedagógico e fatores socioeconômicos que afetam o desempenho dos estudantes. A repetência prolonga o tempo necessário para



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

